



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

**3.10 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante**  
Um ativo ou passivo deverá ser registrado como circulante se é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado como não circulante.

**3.11 Pagamentos baseados em ações**  
A The AES Corporation mantém plano de remuneração a colaboradores próprios, relacionado com a outorga de instrumentos patrimoniais. A concessão desses instrumentos patrimoniais ocorre quando determinadas condições preestabelecidas são atingidas. As ações ou opções de ações concedidas pela The AES Corporation são registradas na Companhia ao valor justo do instrumento patrimonial na data de sua outorga.

O custo de transações de outorga de títulos patrimoniais é reconhecido no resultado do período em contrapartida a uma reserva de capital, no patrimônio líquido da Companhia, em conta específica que indica o compromisso futuro do controlador da Companhia de aportar os recursos necessários para suportar a outorga das ações e opções de ações da The AES Corporation, exercidas pelos colaboradores da Companhia. O aporte dos recursos pela The AES Corporation ocorre na entrega das ações para ou no exercício das opções pelos colaboradores. Após o aporte dos recursos a reserva de capital constituída poderá utilizada para aumentar o capital da Companhia em favor da The AES Corporation.

**3.12 Reconhecimento da receita**  
As receitas de vendas incluem somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas, não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado. Em atendimento a Deliberação CVM nº 597, de 15 de setembro de 2009, a Reconciliação entre a Receita Bruta e a Receita Líquida, está apresentada na Demonstração do Resultado, está demonstrada na nota explicativa nº 17.

**(a) Receita de suprimento de energia elétrica**  
A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador, conforme as bases contratadas, ocorre em bases mensais.

**(b) Receita de juros**  
A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva pelo prazo decorrido sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

**3.13 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)**  
De acordo com a Lei nº 9.991/2000 e posteriores atualizações, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo sobre a sua receita operacional líquida (ROL) em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

As concessionárias de geração, as autorizadas à produção independente de energia elétrica e as concessionárias de transmissão ficam obrigadas a aplicar, anualmente, no mínimo 1% da ROL em projetos de pesquisa e desenvolvimento voltados ao setor elétrico.

**3.14 Lucro por ação**  
A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento CPC 41 (IAS 33) Resultado por ação.

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade total de ações em circulação.

**3.15 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**  
Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revistas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa a determinação dessas premissas e estimativas, o que pode resultar em um ajuste significativo no valor contábil do correspondente ativo ou passivo em períodos futuros, principalmente, devido a mudanças nas circunstâncias ou a fatos novos.

As principais premissas e estimativas adotadas pela Companhia na elaboração de suas demonstrações contábeis são discutidas a seguir.

**(a) Vida útil dos bens do imobilizado**  
Conforme descrito na nota explicativa nº 3.2, a Companhia utiliza os critérios definidos na Resolução ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.

**(b) Perda por redução ao provável valor de recuperação de ativos não circulantes ou de longa duração**  
Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. Conforme descrito na nota explicativa nº 3.3, o cálculo do valor justo menos os custos de vendas é baseado em informações disponíveis no mercado e o cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. A Administração da Companhia concluiu que não houve alteração no ambiente econômico-financeiro para possibilitar uma revisão dessa provisão (vide nota explicativa nº 1).

**(c) Impostos**  
Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários devido a sua complexidade, bem como a estimativa do valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, de acordo com as diretrizes do CPC 25, para possíveis consequências de auditorias realizadas pelas autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como: experiência de auditorias fiscais anteriores e divergência nas interpretações dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas divergências na interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes na respectiva jurisdição da Companhia.

**(d) Valor justo de instrumentos financeiros**  
O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão descritos na nota explicativa nº 22.

**(e) Provisão para litígios**  
Conforme descrito na nota explicativa nº 3.4 (a), a Companhia reconhece provisão para litígios quando é provável que haja uma saída de recursos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, devido a mudanças nas circunstâncias ou a fatos novos. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

**(f) Transações com pagamentos baseados em ações**  
A Companhia mensura o custo de transações com funcionários liquidadas em ações com base no valor justo desses instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

**3.16 Demonstrações dos fluxos de caixa**  
As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

**3.17 Demonstrações do resultado**  
A demonstração do resultado está apresentada pela natureza das despesas e receitas operacionais.

- 3.18 Novos pronunciamentos e interpretações**  
A CVM aprovou os seguintes pronunciamentos e interpretações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:
- CPC 17(R1) - Contratos de construção - Deliberação CVM nº 691 de 08 de novembro de 2012. A norma encontra-se em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.
  - CPC 18(R2) - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto - Deliberação CVM nº 696 de 13 dezembro de 2012. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
  - CPC 19(R2) - Negócios em conjunto - Deliberação CVM nº 694 de 23 de novembro de 2012. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
  - CPC 30(R1) - Receitas - Deliberação CVM nº 692 de 08 de novembro de 2012. A norma encontra-se em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.
  - CPC 33(R1) - Benefícios a empregados - Deliberação CVM nº 695 de 13 de dezembro de 2012. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
  - CPC 35(R2) - Demonstrações separadas - Deliberação CVM nº 693 de 08 de novembro de 2012. A norma encontra-se em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.
  - CPC 36(R3) - Demonstrações consolidadas - Deliberação CVM nº 698 de 20 de dezembro de 2012. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
  - CPC 40(R1) - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Deliberação CVM nº 684 de 30 de agosto de 2012. A norma encontra-se em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.
  - CPC 45 - Divulgação de participações em outras entidades - Deliberação CVM nº 697 de 13 de dezembro de 2012. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
  - CPC 46 - Mensuração do valor justo - Deliberação nº 699 de 20 de dezembro de 2012. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
  - ICPC 08(R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos - Deliberação CVM nº 683 de 30 de agosto de 2012. A norma encontra-se em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.
  - ICPC 09(R1) - Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial - Deliberação CVM nº 687 de 04 de outubro de 2012. A norma encontra-se em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve mudanças significativas na adoção dos pronunciamentos acima mencionados.

**4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo**

	2012	2011
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Numerário disponível	81	56
Operação compromissada (I)	7.070	-
<b>Total</b>	<b>7.151</b>	<b>56</b>

**Investimentos de curto prazo**  
Certificado de depósitos bancários - CDB-DI (I)  
Operação compromissada (I)

	34.813	36.136
	132.388	115.248
<b>Total</b>	<b>167.201</b>	<b>151.384</b>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

(I) O saldo de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2012 está representado, principalmente, por operações de CDB e Operações Compromissadas (O) com liquidez diária e com rentabilidade média no exercício de 102,69% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Em 31 de dezembro de 2011 as aplicações tinham a mesma natureza e foram remuneradas nesse exercício em média a 102,10% do CDI.

Operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

As políticas de investimentos financeiros da Companhia determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

**5. Outras contas a receber**

**5.1 Composição do saldo**

	2012	2011
Penalidade por falha de fornecimento de gás	4.248	4.248
<b>Total</b>	<b>4.248</b>	<b>4.248</b>

**5.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	2012	2011
Penalidade por falha de fornecimento de gás	(4.248)	(4.248)
<b>Total</b>	<b>(4.248)</b>	<b>(4.248)</b>

**5.3 Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento**

	Vencidos	PCLD
Acima de 90 dias	4.248	(4.248)
<b>Total</b>	<b>4.248</b>	<b>(4.248)</b>

Estes saldos fazem parte das negociações acerca do contrato de importação de gás com a YPF, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.

**6. Assuntos regulatórios**

**6.1. Contas a receber e a pagar - CCEE**  
Os saldos decorrentes das compras e vendas de energia elétrica de curto prazo foram registrados no ativo circulante e não circulante (realizável a longo prazo) - contas a receber por venda de energia - CCEE e no passivo circulante e não circulante - contas a pagar por compra de energia - CCEE com base nas informações divulgadas pela CCEE e na estimativa elaborada pela Companhia.

	2012	2011
<b>Descritivo</b>		

Contas a receber por venda de energia - CCEE (ativo)  
Ativo não circulante

	33.121	33.121
--	--------	--------

Contas a pagar por compra de energia - CCEE (passivo)  
Passivo não circulante

	(70.887)	(70.887)
<b>Líquido a pagar</b>	<b>(37.766)</b>	<b>(37.766)</b>

**Transações**  
CCEE - período de setembro de 2000 a janeiro de 2007  
Contas a receber por venda de energia  
Contas a receber - encargos de serviço do sistema  
Contas a pagar por compra de energia  
Valores registrados com base na estimativa elaborada pela administração

	8.453	8.453
	25.286	25.286
	(71.426)	(71.426)
	(79)	(79)
<b>Total das transações</b>	<b>(37.766)</b>	<b>(37.766)</b>

Essas transações foram registradas de acordo com as informações disponibilizadas pela CCEE. Tais valores poderão sofrer alterações e ajustes em decorrência das informações efetivas a serem divulgadas pela CCEE, pois dependem de decisão de processos judiciais em andamento, movidos pela Companhia (vide nota explicativa nº 15.2) e por outras empresas do setor, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras de mercado em vigor no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002.

Em 18 de dezembro de 2002, a Companhia obteve liminar favorável em processo movido contra a CCEE, a ANEEL e o Operador Nacional do Sistema - ONS, assegurando a suspensão da liquidação financeira dos valores a pagar referente ao período de dezembro de 2000 a março de 2002 até que ocorra o encerramento das discussões jurídicas a respeito.

A ANEEL promoveu a interposição de recurso de apelação em agosto de 2009, sendo protocolada, pela Companhia, petição de contra-razões ao recurso de apelação interposto pela ANEEL. Em novembro de 2009, os Autos foram remetidos ao Tribunal Regional Federal, e até 31 de dezembro de 2012 ainda estão aguardando decisão judicial (vide nota explicativa nº 15.2).

**7. Outros créditos**

	2012	2011
<b>CIRCULANTE</b>		
Cauções e depósitos vinculados	-	39
Outros	-	1
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>40</b>

**NÃO CIRCULANTE**  
Direito de uso do gás (nota explicativa nº 8)

	54.173	49.727
<b>Subtotal</b>	<b>54.173</b>	<b>49.727</b>
<b>Total geral</b>	<b>54.173</b>	<b>49.767</b>

**8. Direito do uso do gás natural - ativo não circulante**

A Companhia celebrou, em 30 de setembro de 1998, Contrato de Compra e Venda de Gás Natural com a Sulgás, concessionária de serviços de distribuição de gás no Estado do Rio Grande do Sul. A Sulgás tem a responsabilidade de importar o gás da Argentina fornecido pela YPF e revendê-lo para a Companhia. O prazo do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural é de 20 anos, com término previsto para 1º de dezembro de 2019.

As obrigações de *take-or-pay* foram registradas até a suspensão das obrigações do contrato de fornecimento de gás.

A movimentação do imobilizado em serviço e em andamento, a depreciação e a amortização durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

	Terrenos	Termoelétrica em operação	Peças sobressalentes	Materiais em depósito	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>285</b>	<b>547.072</b>	<b>154.674</b>	<b>14.842</b>	<b>225</b>	<b>8.482</b>	<b>631</b>	<b>726.211</b>

(-) Provisão para redução ao provável valor de realização

Adições	(285)	(319.355)	(133.023)	(14.842)	(32)	(4.905)	(631)	(473.073)
Transferência	-	-	-	-	-	-	97	97
Outros	-	-	194	-	-	-	(490)	194
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>285</b>	<b>547.631</b>	<b>154.868</b>	<b>14.842</b>	<b>225</b>	<b>8.413</b>	<b>238</b>	<b>726.502</b>

(-) Provisão para redução ao provável valor de realização

Adições	(285)	(294.830)	(133.217)	(14.842)	(14)	(3.986)	(238)	(447.412)
Transferência	-	-	-	-	-	-	31	31
Outros	-	125	-	-	-	121	(246)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>285</b>	<b>547.756</b>	<b>154.868</b>	<b>14.815</b>	<b>225</b>	<b>8.534</b>	<b>23</b>	<b>726.506</b>

(-) Provisão para redução ao provável valor de realização

	(285)	(271.210)	(133.217)	(14.815)	(5)	(3.181)	-	(422.713)
--	-------	-----------	-----------	----------	-----	---------	---	-----------

**Depreciação e amortização**  
**Saldo em 31 de dezembro de 2010**

Adições	(25.084)	-	-	-	-	(18)	(850)	(25.952)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>(252.801)</b>	<b>(21.651)</b>	<b>(21.651)</b>	<b>(211)</b>	<b>(4.427)</b>	<b>(279.090)</b>	<b>(926)</b>	<b>(24.680)</b>
Adições	(23.745)	-	-	-	-	(9)	(926)	(24.680)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>(276.546)</b>	<b>(21.651)</b>	<b>(220)</b>	<b>(5.353)</b>	<b>(303.770)</b>	<b>(279.090)</b>	<b>(926)</b>	<b>(24.680)</b>

A ANEEL, em 07 de fevereiro de 2012, aprovou a Resolução Normativa nº 474, que alterou as taxas anuais de depreciação de alguns ativos em serviço em relação à Resolução ANEEL nº 367 (têm vigência em 31 de dezembro de 2011). As alterações nas taxas são prospectivas e têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2012. Essa alteração reduziu a despesa de depreciação no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 em aproximadamente R\$1.248.

**11. Provisões para redução ao provável valor de recuperação de ativos e perdas com contratos onerosos**

Conforme comentado na nota explicativa nº 1, a Companhia por força de contrato com seus clientes e, em consequência das dificuldades operacionais que vem enfrentando, principalmente relacionadas ao fornecimento de gás, concluiu que havia a necessidade de um registro de provisão

A movimentação do saldo do direito de uso do gás, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foi a seguinte:

	(*) Volume dam3	Custo R\$	Provisão R\$	Líquido R\$
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>464.299</b>	<b>44.172</b>	<b>(44.172)</b>	<b>-</b>

Varição cambial  
(-) Provisão para redução ao provável valor de realização (nota explicativa nº 11)

	-	-	(5.555)	(5.555)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>464.299</b>	<b>49.727</b>	<b>(49.727)</b>	<b>-</b>

Varição cambial  
(-) Provisão para redução ao provável valor de realização (nota explicativa nº 11)

	-	-	(4.446)	(4.446)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>464.299</b>	<b>54.173</b>	<b>(54.173)</b>	<b>-</b>

**9. Tributos a recuperar**

**Imposto de renda e contribuição social compensáveis**

	2012	2011
<b>CIRCULANTE</b>		
Imposto de renda	3.801	-
<b>Total</b>	<b>3.801</b>	<b>-</b>

**NÃO CIRCULANTE**  
Contribuição social  
Imposto de renda  
Imposto de renda retido na fonte

	-	1.676
	-	16.116
	3.335	4.463
<b>Total</b>	<b>3.335</b>	<b>22.255</b>

**Outros tributos compensáveis**

	2012	2011
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Cofins	2.808	2.808
Pis	610	610
Outros	-	9
<b>Total</b>	<b>3.418</b>	<b>3.427</b>

Em julho de 2012 a Companhia ingressou junto à Receita Federal do Brasil com pedidos de restituição no montante de R\$ 17.906, referente ao valor principal dos créditos fiscais registrados a título de Imposto de Renda e Contribuição Social. Entre os meses de agosto e setembro de 2012, a Companhia recebeu o montante de R\$ 18.733 em caixa, sendo R\$ 14.406 de principal e R\$ 4.327 de atualização, relativo a homologação de parte dos pedidos de restituição.

**10. Imobilizado**

O ativo imobilizado da Companhia é composto da seguinte forma:

	2012		2011	
	Taxa média de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Terrenos		285	-	285

Termoelétrica em operação

	4,30	547.756	(276.546)	271.210
--	------	---------	-----------	---------

Peças sobressalentes

	0,00 (*)	154.868	(21.651)	133.217
--	----------	---------	----------	---------

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**(a) Pis/Cofins sobre receita de exportação**

Em Novembro de 2008, a Receita Federal lavrou Auto de Infração contra a Companhia no valor de R\$ 17.394, atualizado até dezembro de 2012 (R\$ 15.725 em 31 de dezembro de 2011) em razão da suposta incidência de PIS/COFINS sobre a receita decorrente da exportação de energia elétrica gerada pela Companhia. Em função da decisão desfavorável proferida pelo CARF, apresentamos recurso à Câmara Superior do CARF, o qual ainda aguarda julgamento. Os assessores legais classificam as chances de perda como possíveis.

**(b) Ação judicial referente ao período de dezembro de 2000 a março de 2002 - CCEE**

A Companhia ingressou com ação em face da ANEEL, do ONS e da CCEE, visando (i) a declaração de que as paralisações para a antecipação de manutenção de suas usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre Dezembro de 2000 a março de 2002, são passíveis de ressarcimento via ESS; (ii) a declaração acerca da ilegalidade e da inconstitucionalidade do Despacho nº 116/2002 da ANEEL, com a consequente manutenção dos preços praticados pela Companhia em junho de 2001; (iii) a condenação da ANEEL em aplicar às paralisações para antecipação de manutenção das usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre Dezembro de 2000 a março de 2002, o sistema de ressarcimento ESS; e (iv) a condenação do MAE/CCEE a refazer a contabilização e liquidação das operações da Companhia, levando em consideração o ressarcimento de suas paralisações para antecipação de manutenção e os preços de comercialização de energia elétrica praticados por ela em junho de 2001. No procedimento cautelar foi proferida decisão concedendo a liminar pleiteada pela Companhia que determinou a suspensão da exigência dos valores objeto de escrituração pela CCEE, antigo MAE, posteriormente, sobrevindo sentença confirmando a decisão liminar para julgar procedente a medida cautelar.

Aguarda-se o julgamento dos recursos de apelação interpostos pela ONS e CCEE. O Procedimento principal, por sua vez, que discute o mérito das alegações suscitadas pela Companhia, encontra-se em andamento em 1ª instância, em fase de produção de provas, sem decisão judicial.

**(c) Requerimento de Arbitragem**

Em 6 de abril de 2009, a YPF apresentou requerimento de arbitragem contra a Companhia e as empresas Sulgás e Transportadora de Gás Del Mercosur S.A. (TGM) perante a Câmara de Comércio Internacional (ICC) requerendo, dentre outros pedidos, o reconhecimento de que a Companhia e a empresa Sulgás repudiaram e, unilateralmente e ilegalmente, rescindiram o contrato de exportação de gás firmado em setembro de 1998, e de que seriam elas as responsáveis por todo e qualquer dano experimentado pelas partes por conta de tal término.

Em 26 de março de 2009, a AES Uruguaiana apresentou requerimento de arbitragem perante a Câmara de Comércio Internacional (ICC), contra a Yacimientos Petrolíferos Fiscales ("YPF"), empresa argentina responsável pelo fornecimento de gás à Companhia, pleiteando o pagamento de indenização relacionada ao término do contrato de exportação de gás firmado em setembro de 1998 entre YPF, a Companhia e a Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul ("Sulgás"). Em abril de 2011 os 2 procedimentos arbitrais foram consolidados em procedimento único, tendo sido estabelecido um novo cronograma processual para o procedimento unificado. Em dezembro de 2011 foram realizadas as audiências para que fossem ouvidos os peritos e em Janeiro de 2012 foram apresentadas as alegações finais de todas as partes.

**Compromissos e garantias**  
Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possui quaisquer compromissos e garantias de longo prazo.

**16. Patrimônio líquido**

**a) Capital social**

Em 26 de outubro de 2011, após a aprovação em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de agosto de 2011, ocorreu a transferência do controle acionário da AESU, que passou a ser detido diretamente pela Companhia Brasileira de Energia. A transferência de titularidade das ações da AESU foi efetuada inicialmente através da compra de 1 ação ordinária, por parte da Companhia Brasileira de Energia junto BNEDESPAR pelo valor patrimonial da ação em de 31 de maio de 2011, na importância de R\$39 e finalizada através da recompra por parte da AES Uruguaiana Inc. de suas próprias ações junto a Companhia Brasileira de Energia por um montante total de R\$39.095 calculado com base nas demonstrações financeiras da AES Uruguaiana Inc. levantadas em 31 de maio de 2011, cujo pagamento foi efetuado com a transferência de 1.015.222.731 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da AESU e em espécie, na importância de R\$26.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado é de R\$1.015.223, correspondente a 1.015.222.739 ações ordinárias. A composição acionária é a seguinte:

	2012		2011	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Acionistas</b>				
Companhia Brasileira Energia	1.015.222.733	100,00	1.015.222.733	100,00
Outros	6	0,00	6	0,00
<b>Total das ações</b>	<b>1.015.222.739</b>	<b>100,00</b>	<b>1.015.222.739</b>	<b>100,00</b>

**b) Reservas**

A composição das reservas é a seguinte:

	2012		2011	
	R\$	%	R\$	%
<b>Composição dos saldos das reservas:</b>				
Reservas de capital				
Outorga de opção de compra de ações (*)			100	100
			<b>100</b>	<b>100</b>

(\*) É composta por outorga de ações e de opção de compra de ações preferenciais da The AES Corporation aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia (vide notas explicativas nºs 3.11 e 13).

**c) Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar**

(i) O Estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 50%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76.  
(ii) A Companhia poderá pagar, aos seus acionistas, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, nos termos da legislação aplicável. O imposto de renda corresponde a 15% do valor dos juros sobre o capital próprio.

**17. Receita operacional líquida**

	2012	2011
Suprimento - Curto Prazo	-	28
Outras	-	385
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>
(-) COFINS	-	413
<b>Deduções da Receita a Bruta</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>-</b>	<b>411</b>

**18. Energia elétrica comprada para revenda**

	2012	2011
<b>Custo com energia elétrica</b>		
Compra de energia elétrica	(1.170)	(249)
<b>Total</b>	<b>(1.170)</b>	<b>(249)</b>

**19. Outros custos**

	2012	2011
Seguros	(908)	(791)
Tributos	(64)	(178)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	(706)
(-) Recuperação de despesas	112	970
Doações, contribuições e subvenções	(112)	(112)
Compensação de créditos de ICMS	273	29
Outros	333	16
<b>Total</b>	<b>(366)</b>	<b>(772)</b>

**20. Resultado financeiro**

	2012	2011
<b>Receitas Financeiras</b>		
Receitas de Aplicações Financeiras	13.365	17.485
Outras Receitas Financeiras	1.243	1.597
<b>Total</b>	<b>14.608</b>	<b>19.082</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Juros Passivos Sobre Contratos de Comercialização	(115)	(88)
Outros Juros Passivos	(92)	(61)
<b>Total</b>	<b>(207)</b>	<b>(169)</b>
<b>Variações Monetárias e Cambiais Líquidas</b>		
Variações Monetárias Sobre Venda de Crédito de ICMS (Nota Explicativa nº 13)	(60)	565
Variações Monetárias Sobre P&D (Nota Explicativa nº 14)	(198)	(501)
Variações Monetárias Sobre Depósitos Judiciais	35	42
Variações Cambiais Sobre Faturas de Fornecedores	(6.086)	(7.224)
<b>Total</b>	<b>(6.309)</b>	<b>(7.118)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>8.092</b>	<b>11.795</b>

**21. Imposto de renda e contribuição social**

**21.1 Despesas com imposto de renda e contribuição social**

As despesas com imposto de renda e contribuição social relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram computadas conforme apresentado a seguir:

	2012		2011	
	I. Renda	C.Social	I. Renda	C.Social
<b>Composição dos tributos no resultado:</b>				
<b>Na rubrica de tributos:</b>				
Diferidos	(21)	(8)	-	-
<b>Total</b>	<b>(21)</b>	<b>(8)</b>	-	-
<b>Demonstração do cálculo dos tributos:</b>				
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>(15.032)</b>	<b>(15.032)</b>	<b>(8.312)</b>	<b>(8.312)</b>
<b>Adições (excusões):</b>				
Variação cambial do período	6.086	6.086	7.224	7.224
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(273)	(273)	(29)	(29)
Provisões não operacionais - impairment	(20.254)	(20.254)	(20.104)	(20.104)
Provisões trabalhistas	(2.951)	(2.951)	(1.158)	(1.158)
Outras provisões civis	135	135	-	-
Outras diferenças temporárias	355	355	(1.617)	(1.617)
Perda de dívida - Acordo RGE	-	-	-	-
Receita de indenização seguro turbina	-	-	-	-
Despesa não dedutíveis - diferenças permanentes	3.084	3.084	3.624	3.624
<b>Prejuízo fiscal e base da contribuição social</b>	<b>(28.851)</b>	<b>(28.851)</b>	<b>(20.372)</b>	<b>(20.372)</b>
<b>Reversão por falta de perspectiva de realização</b>				
<b>Base de cálculo</b>	<b>(28.851)</b>	<b>(28.851)</b>	<b>(20.372)</b>	<b>(20.372)</b>
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Outros	(21)	(8)	-	-
<b>Total tributos no resultado</b>	<b>(21)</b>	<b>(8)</b>	-	-

A Companhia não registra impostos diferidos sobre créditos fiscais, enquanto suas operações não apresentarem expectativa de base tributável de resultado.

**21.2 Créditos fiscais a compensar**

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia acumula prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias que gerariam potenciais créditos tributários, conforme descrito como segue:

	R\$
Prejuízo fiscal	(363.044)
Base negativa de contribuição social	(363.057)
Diferenças temporárias	639.755

A Companhia pretende reconhecer o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e provisões temporariamente não dedutíveis, respectivamente, somente quando houver expectativa de gerar lucros tributáveis futuros. Em consequência, em 31 de dezembro de 2012, nenhum crédito tributário diferido ativo foi reconhecido.

**22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos**

**22.1 Considerações gerais**

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, estão reconhecidos nas seguintes rubricas:

- a) Caixa e equivalentes de caixa (vide nota explicativa nº 4)
- b) Investimentos de curto prazo (vide nota explicativa nº 4);
- c) Concessionárias e outras contas a receber (vide nota explicativa nº 6);
- d) Cauções e depósitos vinculados (vide nota explicativa nº 15);
- e) Fornecedores (vide nota explicativa nº 12);
- f) Contas a pagar por vendas e compras de energia - CCEE (vide nota explicativa nº 6).

**22.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros**

	2012		Categoria
	Valor contábil	Valor justo	
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7.151	7.151	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	167.201	167.201	Ativos financeiros disponíveis para venda
Concessionárias e outras contas a receber	4.248	4.248	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	102	102	Empréstimos e recebíveis
<b>Total</b>	<b>178.702</b>	<b>178.702</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>			
Fornecedores	134.922	134.922	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Contas a pagar por vendas e compras de energia - CCEE	70.887	70.887	Passivos financeiros pelo custo amortizado
<b>Total</b>	<b>205.809</b>	<b>205.809</b>	

	2011		Categoria
	Valor contábil	Valor justo	
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	56	56	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	151.384	151.384	Ativos financeiros disponíveis para venda
Concessionárias e outras contas a receber	4.248	4.248	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	588	588	Empréstimos e recebíveis
<b>Total</b>	<b>156.276</b>	<b>156.276</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>			
Fornecedores	119.930	119.930	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Contas a pagar por vendas e compras de energia - CCEE	70.887	70.887	Passivos financeiros pelo custo amortizado
<b>Total</b>	<b>190.817</b>	<b>190.817</b>	

**ATIVO (Circulante e não circulante)**

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas. CDBs e operações compromissadas são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação. O valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas. CDBs e operações compromissadas são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação. O valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

**22.3 Hierarquia de valor justo**

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

Aplicações financeiras	Taxa de juros	Posição em 2012	Projeção receitas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
<b>CDI</b>	<b>3,63%</b>	<b>6,41%</b>	<b>3,63%</b>	<b>5,44%</b>	<b>7,25%</b>	<b>9,06%</b>	<b>10,88%</b>
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)		7.070	256	384	513	641	769
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)		167.201	6.061	9.092	12.122	15.153	18.183
<b>Subtotal</b>		<b>174.271</b>	<b>6.317</b>	<b>9.476</b>	<b>12.635</b>	<b>15.793</b>	<b>18.952</b>

A Companhia está exposta a variação do dólar norte-americano através dos saldos a pagar relativos aos contratos de fornecimento de gás junto ao fornecedor YPF. O montante de exposição líquida da Companhia ao risco de moeda na data base de 31 de dezembro de 2012 foi:

MOEDA ESTRANGEIRA	Posição em 2012	Atual		Projetado	
		Cotação	Cenário em R\$	Cotação	Cenário em R\$
Fornecedores - Compra de Gás - YPF	63.006	2,04	128.753	2,07	130.423
					(1.670)

**(c.1) Outros riscos**

**Risco de regulação**  
As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

**Gestão de capital**  
A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Entretanto, em decorrência da paralisação das atividades operacionais da usina geradora, a Companhia gerencia seu capital com objetivo único de honrar os compromissos relacionados à manutenção do seu parque gerador. Desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

**23. Seguros**

Em 31 de dezembro de 2012, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia, para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	01/04/2012	01/04/2013	R\$ 1.833.700
Vida em grupo	01/11/2012	01/11/2013	25 X salário, limitado a R\$ 1.300
Responsabilidade civil geral	01/06/2012	01/06/2013	R\$ 30.000
Frota veículos - RCF	31/08/2012	31/08/2013	RCFV garantia única R\$ 1.000

Em linha com a política de contratação de seguros da Companhia, contratou-se apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O) visando garantir aos administradores o reembolso dos valores pagos a título de indenização decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, durante o exercício de suas atividades. A apólice está vigente até 15 de fevereiro de 2013 e tem limite máximo de indenização de R\$50.000. O seguro foi contratado em nome da Brasileira, sendo que a mesma também abrange os executivos da Companhia. Desta forma, cada sociedade controlada pela Brasileira é responsável pelo pagamento de parte do prêmio da apólice, cujo critério para o rateio é definido em função do percentual de ativo total de

	2012			
	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>ATIVO (Circulante e Não Circulante)</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	7.151	7.151	-	-
Investimentos de curto prazo	167.201	-	167.201	-
<b>Total</b>	<b>174.352</b>	<b>7.151</b>	<b>167.201</b>	<b>-</b>

	2011			
	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>ATIVO (Circulante e Não Circulante)</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	56	56	-	-
Investimentos de curto prazo	151.384	-	151.384	-
<b>Total</b>	<b>151.440</b>	<b>56</b>	<b>151.384</b>	<b>-</b>

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:  
Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;  
Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e  
Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Técnicas de Nível 2 são utilizadas na mensuração de todos os investimentos de curto prazo da Companhia.  
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

**22.4 Gerenciamento de riscos**

**(a) Estrutura de gerenciamento de riscos**

Os principais controles que impactam as demonstrações financeiras da Companhia são revistos a cada quatro meses com base em testes de eficácia. No caso de identificação de eventuais pontos de melhoria sobre esses controles, a Companhia elabora um plano de ação com o intuito de implementá-los, com definição de prazos e alocação de responsabilidades para colocar em prática a melhoria desses controles de forma efetiva.  
Outro aspecto relevante de controle interno,

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ao Conselho de Administração e Acionistas da  
**AES Uruguaiana Empreendimentos S.A.**  
Barueri - São Paulo

Examinamos as demonstrações contábeis da AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem

como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfases**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6.1 as demonstrações contábeis, a Companhia registrou em 31 de dezembro de 2012, no ativo não circulante, valores a receber no montante de R\$33.121 mil e, no passivo não circulante, valores a pagar no montante de R\$70.887 mil, relativos a transações de compra e venda de energia realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, reconhecidas até 31 de dezembro de 2002. Esses valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE e podem estar sujeitos a modificações dependendo da decisão de processos judiciais em andamento movidos pela Companhia, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras de mercado em vigor para aquele período.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis, nos últimos exercícios as operações da Companhia foram significativamente afetadas pelas interrupções de fornecimento de gás natural utilizado na produção de energia elétrica resultando em prejuízos operacionais recorrentes. Devido à deterioração financeira ocasionada pelo acréscimo significativo dos custos de energia elétrica a Companhia tomou a iniciativa de antecipar o encerramento dos contratos de venda de energia para 31 de dezembro de 2009. Em 01 de abril de 2009, conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e 11, essas condições adversas no ambiente econômico da Companhia, fizeram com que a sua Administração determinasse a paralisação das atividades operacionais e concluiu pela necessidade de registrar provisões para perda de recuperação no valor total de seus ativos de longo prazo, no montante de R\$ 476.886 mil, em 31 de dezembro de 2012. A Administração da Companhia vem buscando a

implementação de medidas para equacionamento do fornecimento de gás, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. As demonstrações contábeis foram preparadas, no pressuposto do sucesso dessas medidas, e não incluem quaisquer outros ajustes relativos à realização e classificação dos demais ativos não alcançados pela provisão para perda de recuperação ou quanto aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos caso a Companhia descontinuasse ou liquidasse seus negócios. Em data subsequente, 6 de fevereiro de 2013, e conforme mencionado na nota 25 a Companhia reiniciou as suas operações, e em função do atingimento de resultados futuros irá revisar as suas estimativas de recuperação dos ativos de longo prazo.

**Outros assuntos**

**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar para companhias fechadas que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 24 de fevereiro de 2012, que não conteve nenhuma modificação.



**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP014428/O-6

São Paulo, 19 de fevereiro de 2013

**José Luiz Ribeiro de Carvalho**  
Contador CRC 1SP141128/O-2

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

Os Diretores da AES Uruguaiana S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.600.202/0001-37, com sede na Rodovia BR 472, KM 576, CEP 97500-000, na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Uruguaiana, 20 de fevereiro de 2013

**Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho**  
Diretor

**Rinaldo Pecchio Junior**  
Diretor

# AES SUL, TRANSFORMANDO ENERGIA ELÉTRICA EM ENERGIA POSITIVA PARA SEUS COLABORADORES.



Na AES Sul, o compromisso com o bem-estar dos colaboradores sempre foi uma prioridade, seja através da cultura de segurança, do trabalho colaborativo e inovador ou do constante estímulo ao desenvolvimento das pessoas. A empresa acredita que através da auto-realização de cada um é que se pode construir resultados positivos para todos, equilibrando as decisões econômicas, ambientais e sociais a fim de fazer a diferença e deixar sua marca na sociedade.

Eleita uma das melhores empresas para se trabalhar no Brasil, a AES Sul se orgulha em cultivar um ambiente interno de respeito, ética e comprometimento para a construção de um mundo melhor.